



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM



LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 006/2024

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 45.800/2024 e parecer técnico nº 033/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: ESTALEIRINHO SPE S/A
Endereço: Rodovia LAP Rodesindo Pavan, nº 11595, Praia do Estaleirinho
CEP: 88334-000 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 52.239.187/0001-84

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade principal: 71.11.02 - Atividades de hotelaria
Empreendimento: Hotel
Porte: Grande
Potencial Poluidor Geral: M

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rodovia LAP Rodesindo Pavan, nº 11595, Praia do Estaleirinho
DIC: 184954
CEP: 88334-000 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 738443.51036604 – (Y): 7005056.6820501

4. DA VIABILIDADE

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- 5.1. Nome do Empreendimento: Hotel Multiparque
- 5.2. Zoneamento Urbano: ZC1 e APEPA
- 5.3. Área do Terreno: 18.440,22 m²
- 5.4. Área Total Construída: 20.253,26 m²
- 5.5. Número de Leitos: 704 (176 apartamentos)
- 5.6. Necessidade de Supressão Vegetal: Sim (Protocolo Nº 45.051/2024)
- 5.7. Drenagem Pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem ambiental
- 5.8. Efluentes Sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto
- 5.9. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do municípios
- 5.10. Abastecimento de Água: Atendido pela empresa de saneamento municipal

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.
- 6.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- 6.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- 6.4. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

7.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Instalação – LAI, nos termos da Instrução Normativa nº 06 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, ou, no caso de existência de instrução normativa municipal, a documentação descrita nesta, durante o período de vigência da LAP, em conjunto com os seguintes documentos:

7.1.1. Projeto de Arborização Urbana com espécies predominantemente nativas, conforme Lei Municipal N° 4.868/2024, contendo, no mínimo, os itens a seguir. O projeto deverá ser executado e mantido pelo empreendedor por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, com a apresentação de relatórios semestrais.

a) Lista de espécies a serem utilizadas e número de indivíduos.

b) Localização de cada exemplar a ser plantado.

c) Justificativa técnica para o número de exemplares a serem plantados.

d) Características das espécies: sistema radicular, altura máxima, deciduidade, entre outros.

e) Especificações do plantio e da manutenção dos exemplares.

f) Distanciamento dos locais de plantio em relação aos equipamentos e mobiliários urbanos.

g) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela elaboração, execução e acompanhamento do projeto.

7.1.2. Programa de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil (PGRCC).

7.1.3. Programa de Educação Ambiental.

7.1.4. Programa de Monitoramento e Afugentamento da Fauna.

7.1.5. Programa de Monitoramento da Supressão de Vegetação.

7.1.6. Programa de Operação e Manutenção do Sistema Hidrossanitário (Operação).

7.1.7. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Operação).

7.1.8. Programa de Gestão Ambiental (Operação).

7.1.9. Programa de Educação Ambiental (Operação).

7.2. A Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção da atividade, atestando sua viabilidade ambiental e contendo requisitos básicos a serem atendidos nas etapas de localização, instalação e operação, não autorizando nenhuma intervenção na área objeto da licença.

7.3. Movimentações de terra para implantação do empreendimento somente poderão ser realizadas após a obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI).

7.4. O empreendimento deverá prever sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais para fins não potáveis.

7.5. O projeto do empreendimento deverá prever a manutenção dos exemplares arbóreos existentes no passeio público, caso existam.

PRAZO DE VALIDADE

48 (quarenta e oito) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	11	Julho	2024
Local	dia	Mês	Ano

Eduarda Montibeller Schuch
Secretária Interina de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Esta licença não autoriza a instalação do empreendimento.

V. A Licença Ambiental de Instalação - LAI deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEMAM sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.